



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM HISTÓRIA LOCAL
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL:
SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CULTURA**

RAYSSA EUTÁLIA GURJÃO COUTINHO BORGES

**O LIQUÍDO VITAL: UMA HISTÓRIA DO ABASTECIMENTO DE
ÁGUA EM GURJÃO (1950-1980)**

**CAMPINA GRANDE
2020**

RAYSSA EUTÁLIA GURJÃO COUTINHO BORGES

**O LIQUÍDO VITAL: UMA HISTÓRIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM
GURJÃO (1950-1980)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em estudos de história local: Sociedade, educação e cultura.

Linha de pesquisa: 1. Espaços, cultura e sociabilidades.

Orientador: Prof. Dr. Iordan Queiroz Gomes

**CAMPINA GRANDE
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B732l Borges, Rayssa Eutália Gurjão Coutinho.
O líquido vital [manuscrito] : uma história do abastecimento de água em Gurjão (1950-1980) / Rayssa Eutália Gurjão Coutinho Borges. - 2020.
43 p.
Digitado.
Monografia (Especialização em Estudos de História Local, Sociedade, Educação e Cultura) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa , 2020.
"Orientação : Prof. Dr. Jordan Queiroz Gomes , Departamento de História - CH."
1. Gurjão - Paraíba. 2. Abastecimento de água. 3. História local. 4. Sociabilidade. I. Título
21. ed. CDD 333.91

RAYSSA EUTÁLIA GURJÃO COUTINHO BORGES

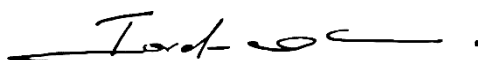
O LIQUÍDO VITAL: UMA HISTÓRIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM GURJÃO
(1950-1980)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em estudos de história local: Sociedade, educação e cultura.

Aprovada em: 17/07/2020.

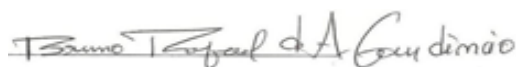
Nota: 10.0

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Iordan Queiroz Gomes DH/UEPB

(Orientador)



Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio DH/UEPB

(Examinador interno)



Prof. Me. Tatiane Vieira da Silva PPGH/UFPE

(Examinadora externa)

AGRADECIMENTOS

Concluir uma jornada, sempre nos deixa com muitos aprendizados e no caminho fazemos uma incursão de muitas interações que contribuem para a nossa vida, seja profissional ou na parte humana. Diante disso, gostaria de utilizar as palavras, para agradecer a todas as pessoas que fizeram parte desta caminhada e que possibilitaram e contribuíram para este trabalho.

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por viver, a minha mãe por me ensinar a importância do conhecimento, desde antes dos meus primeiros passos e por seu incentivo todos os dias. Ao meu irmão que me ajuda sempre que preciso, que é um companheiro de todas as horas. Ao meu pai (in memoriam), que mesmo não estando fisicamente entre nós, está na minha mente diariamente e no meu coração, é minha força, um incentivo de outras dimensões.

A Fernanda que é muito mais que minha prima, é uma irmã de outra mãe. A Thaynar pela amizade, por me ouvir, me auxiliar no inglês e me inserir no ciclo da sua turma, os quais me presentearam também com amizade, sendo assim, obrigado Filipe Martiniano, Felipe, Roziane, Dione e Wallisson. A claudiana que tornou-se uma amiga inestimável, que me estimula, me ouve e me ajuda a sempre conseguir um pouco mais. A Amanda Borges, por todas as conversas, pela amizade, contribuições e papos sobre história. A Natália que é um ser humano incrível e que apesar da distância, a amizade é a mesma. A Myrian por toda a amizade e carinho. A Leninha e Josy, por torcerem por mim.

A Jhosy, Amanda, Mel e Eudezia, as quais são amigas para além da graduação. Assim, como agradeço a Maciana que compartilha comigo toda a caminhada da especialização e tem sido uma grande amiga. A todas as pessoas que conheci ou me aproximei, por intermédio da Especialização, minha turma incrível, que proporcionou muitos momentos de aprendizagem, mas também de alegria, muito obrigado.

Ao meu professor, orientador, Iordan Queiroz Gomes, por todos os ensinamentos desde a época da graduação, por sua dedicação e paciência nas orientações para a construção deste trabalho, por ter contribuído significativamente na minha formação e por acreditar na minha capacidade. Muito obrigado!

A todos os que fazem parte da especialização, desde a coordenação e a parte burocrática, até os queridos professores que proporcionaram muitos bons momentos, aprendizados e viagens de importância inestimável na minha formação. Também gostaria de agradecer aos professores

que aceitaram avaliar meu trabalho e contribuir imensamente com ele, sendo eles Bruno Gaudêncio e Tatiane Vieira.

A Rogério Coutinho, Kalina e Lila, pela grande contribuição. Aos meus avós (in memória), especialmente a Maria das Dores, por ter guardado uma série de lembranças e memórias que tornaram-se fontes da minha pesquisa. A minha família, primos e primas, tios e tias que ficaram na torcida para a conclusão deste trabalho, em especial a tia Selma por ter me acolhido em sua casa. A “tia” Sandra e Suzana, que em minha passagem pela Escolinha San e Su, me permitiram sonhar e me ensinaram lições para a vida contribuindo significativamente para que eu chegasse até aqui.

E por fim, foi um imenso prazer fazer parte do corpo discente deste curso, sinto que cada aprendizado, nos proporciona uma mudança interna e essa me fez ver e apreciar muitas “coisas” que eu acreditava sem importância. Dessa forma, agradeço ao leitor por seguir neste texto comigo e por visualizar um pouco da Gurjão de outros tempos.

"[...] Se queres ser universal começa por pintar a tua aldeia" (Leon Tolstói - Guerra e Paz)

RESUMO

O presente estudo tem por intuito discutir os percalços que envolveram a problemática do abastecimento de água na cidade de Gurjão, buscando perceber as sensibilidades e sociabilidades suscitadas no recorte temporal de 1950 a 1980. Trata-se de um contexto perpassado por um processo de significativas transformações e, conseqüentemente, de construções com intenções modernas, dentre as quais algumas possuíam como ponto principal resolver o problema do recurso hídrico. Tal processo, atrelado às tramas e encenações políticas, foi alvo de promessas e propagandas que envolveram desde as elites urbanas e rurais até as pessoas que não participavam diretamente do debate político, isto é, populares em uma situação econômica crítica, sinalizando que a modernidade decantada não chegava para todos. Para tanto, toma-se como base as investigações de Gomes (2005), Certeau (1998), Aranha (2005), Pesavento (2007), Cabral Filho (2007), Souza (2013), dentre outros, utilizados como referências na construção do texto, que ganhou forma com base em uma pesquisa que analisou um conjunto de fontes, que compreende fotografias, livro de atas legislativas locais, *Revista Avante* e dois panfletos, um que versa sobre um apelo político e o outro que apresenta a “nova amiga” da população.

Palavras-chave: Gurjão-Paraíba. Abastecimento de água. História local. Sociabilidades;

ABSTRACT

This study aims to discuss the mishaps that involved the problem of water supply in the city of Gurjao, seeking to understand the sensitivities and sociability raised in the time frame from 1950 to 1980. It is a context that has undergone a process of significant transformations and, consequently, constructions with modern intentions, among which some had as their main point to solve the water resource problem. Such a process, linked to political plots and stagings, was the target of promises and advertisements that involved from urban and rural elites to people who did not participate directly in the political debate, that is, popular in a critical economic situation, signaling that modernity is being decanted it was not enough for everyone. To this end, it is based on investigations of Gomes (2005), Certeau (1998), Aranha (2005), Pesavento (2007), Cabral Filho (2007), Souza (2013), among others, used as references in the construction of the text which took shape based on a survey that analyzed a set of sources comprising photographs, the legislative minutes book, Revista Avante and two pamphlets, one dealing with a political appeal and the other presenting the population's "new friend".

Keywords: Gurjão-Paraíba. Water supply. Local history. Sociability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1- Grupo escolar construído Riacho da Cobra, zona rural da sede.....	28
Imagem 2- Grupo escolar em construção na zona urbana de Gurjão.....	28
Imagem 3- Pavimentação da Avenida Antônio Coutinho.....	29
Imagem 4- Lavanderia Pública de Gurjão	30
Imagem 5- Distribuição de água por carro-pipa no centro de Gurjão-PB.....	33
Imagem 6- Sistema de abastecimento de água em Gurjão.....	37
Imagem 7- Reservatório de água.....	38

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	10
2.OS IDOS DE 1950 E 1960.....	18
3.O TEMPO PASSA.....	26
4.MAS, E O SANEAMENTO DA CIDADE?.....	32
5.ENFIM... “UMA NOVA HABITANTE QUE CHEGOU PARA SER UMA GRANDE AMIGA”.....	35
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
FONTES DE PESQUISA.....	41
REFERÊNCIAS.....	42

1.INTRODUÇÃO

A cidade está presente há muito tempo na sociedade, assim como nos escritos e nas diversas linguagens conhecidas, dentre as quais, destaca-se a literatura. Além de explanar sobre a cidade, a literatura apresenta sua relação com o campo, já que “o campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações”, assim “as ideias e imagens do campo e da cidade ainda conservam sua força acentuada. Esta persistência é tão significativa quanto a grande variedade, social e histórica, das ideias em si”, as quais modificaram-se com o tempo, algumas vezes sendo “necessário confrontar estas ideias com as realidades históricas, que por vezes as confirmam, outras vezes as negam”¹.

A relação com a literatura rende representações diversas sobre o urbano e o rural. Como exemplo, tem-se a narrativa criada por Ítalo Calvino, que apresenta as descrições de Marco Polo a Kublai Khan acerca das cidades que visitou². Dessa forma, consegue aguçar a curiosidade do leitor e abrir espaço para os historiadores das cidades, a partir das reflexões contidas no texto sobre o urbano e o que o envolve, suas representações e formas. O diálogo de Polo com Khan possibilita imaginar que as cidades podem ser exploradas pelo olhar viajante, tomadas enquanto objeto de estudo para a história de diversas formas no tempo, relacionando-as às tendências historiográficas do período.

Essa possibilidade foi se tornando sistemática ao longo do tempo; incluindo reflexões no campo de pesquisa voltado para as cidades, principalmente em perspectiva moderna, a partir do século XIX, período em que eram esboçadas as primeiras análises citadinas. Sociólogos e historiadores, como Karl Marx, Engels³ e Fustel de Coulanges⁴, voltaram suas obras para o cotidiano, como também para aspectos psicológicos e sociais dos personagens urbanos. Tais obras despertaram o interesse de diversos campos de saber e, a partir disso, a ampliação e crescimento de parâmetros para analisar a cidade no século XX foi notável, incluindo aspectos como a organização social, a economia, o imaginário e a apreensão da urbe como um texto⁵, passível de ser lido em suas mais diversas tramas e singularidades.

Os interesses principais subjacentes à percepção do cenário urbano, nesse período, também contemplavam as transformações modernas, perpassando os mais diversos discursos, como os higienistas que visavam a uma melhor circulação de ar e à limpeza da cidade e, com

¹ WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

² Tecituras presentes na obra CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. Tradução por Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, a qual apresenta literariamente narrativas sobre a “cidade” ou as “cidades”.

³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

⁴ COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

⁵ CERTEAU, Michel de. Caminhadas pela cidade. A invenção do cotidiano, v. 1, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 169-192.

isso, transformaram Paris. A partir do Barão Haussmann⁶, por exemplo, Paris passou a conviver não só com largas avenidas, mas também com a inserção de uma série de equipamentos modernos de usos individuais e coletivos, os quais espalharam-se pelo mundo, advindo de um país que tinha ares de modernidade e criou noções “civilizadas” e novas sensibilidades.

Com relação ao Brasil e essa ligação das cidades com a modernidade, é possível citar a contribuição de Sevcenko⁷ ao abordar as modificações do cotidiano e da sociabilidade na cidade de São Paulo de 1920, a partir da introdução de novas tecnologias. Trata-se de um trabalho de relevância por trazer a concepção moderna a partir de um dos principais centros políticos, econômicos e culturais do Brasil. Essas tendências foram propagadas para outras capitais brasileiras, como é o caso do Recife também dos anos 1920, apresentado por Rezende⁸, o qual aborda o moderno, o tradicional e a introdução das transformações nesta importante capital em perspectiva inovadora, que suscitou a necessidade de outros trabalhos na região nordestina.

Trabalhos analisados também pela perspectiva de Aranha (2005) versam sobre a utilização do parâmetro da análise da inserção de equipamentos modernos, como a luz elétrica, o cinema e etc., os quais mudaram o cotidiano e a sociabilidade, proporcionando “modernidade” às pequenas cidades, que os receberam e os perceberam de forma singular. Este também é o caso dos trabalhos de Sousa⁹, sobre Campina Grande entre as décadas de 1920 a 1940, nos quais aponta os conflitos entre os adeptos aos padrões de vida modernos e os que contrariavam a elite local, tendo por pano de fundo as transformações e o contato, privativamente ou coletivamente, dos equipamentos modernos, elaborando novas sensibilidades. Destaca-se, ainda, o trabalho de Cabral Filho (2009) partir de imagens que ressaltam os ritmos diferenciados da modernidade em Campina, corroborando com o parâmetro da inserção dos equipamentos modernos para a transformação cidadina.

Tais parâmetros também foram aplicados no caso de Gurjão, no interior da Paraíba, que se tornou cidade em 1962. Consistiram em um marco para o município e um pontapé para construções e modificações sociais e sensíveis, visando à modernidade tão sonhada, que chegou por meio de equipamentos modernos, dentre eles a inserção de energia elétrica e a construção do cemitério, modificando sensibilidades. Já que, “uma cidade é objeto de muitos discursos, a revelar tais modalidades sensíveis de leitura do urbano ou saberes específicos”, os quais a

⁶ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. Brasiliense, 1982.

⁷ SECENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁸ REZENDE, Antônio Paulo. (Des)encantos modernos: Histórias da cidade de Recife na década de vinte. Recife: Ed. UFPE, 2016.

⁹ SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Territórios de Confronto. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

transformam em um “objeto privilegiado para o estudo do historiador, a falar e pensar nos valores da cidade”¹⁰.

Assim, constitui-se a cidade que pulsa e que, para além disso, é possível de ser pensada pela organização do lugar e sua institucionalização, ou seja, as “estratégias” e as práticas e consumos da cidade a partir das “táticas”, pensadas por Certeau (1998), para apreender aspectos como a arquitetura e também possibilitar a apreciação sensorial dos aspectos citadinos, incluindo os hídricos, de acordo com a necessidade ou com relação ao produto. Dessa forma, este artigo objetiva abordar um aspecto do processo de modernização da cidade, apreendendo o caminho de inserção de equipamentos na situação hídrica do município de Gurjão, nos idos dos anos 1950 até 1980.

Para tanto, problematiza-se: como a cidade e seus moradores conviveram com a problemática da água no período estudado? Como se deu o processo de construção do sistema de abastecimento de água em Gurjão? Quais reservatórios foram construídos? Qual o percurso – material – que a água fez até chegar às torneiras da cidade de Gurjão? Quais os usos políticos que dela foram feitos? E o que suscitou em termos de sociabilidade e sensibilidade? Com esses questionamentos em mente, considera-se a cidade mais que uma construção, mas também uma apreciação que possui diversas dimensões a serem compreendidas, tais como, para além da sensorial, a “populacional, econômica, morfológica, política, cultural, imaginária”¹¹. Já que,

A apreciação sensorial da cidade não poderia, como se sabe, reduzir-se a uma arquitetura de pedra, isto é, a uma natureza morta. Ultrapassa em muito essa materialidade. Os seus ruídos, os seus odores e o seu movimento constituem a identidade da cidade, tanto quanto o seu destino e as suas perspectivas. A espacialidade urbana não existe em si mesma. Cria-se na interação daqueles que habitam a cidade, a percorrem ou visitam e lhe conferem uma multiplicidade de sentidos. Resulta de um fluxo incessante, de um emaranhado de leituras simultâneas que constituem outras tantas paisagens.¹²

É possível levar em consideração vários parâmetros, os quais serviram para perceber a água, enquanto um líquido presente até em descrições superficiais da vida e também das cidades. Posto que, “Por mais superficial que seja uma descrição das nossas atividades diárias é impossível deixar de notar a presença constante do elemento água especialmente nos cuidados diários com nosso próprio corpo e nos afazeres domésticos comuns”. Visto que, “esta água

¹⁰ (PESAVENTO, 2007, p. 19 e 23).

¹¹ Dimensões apresentadas de acordo com Barros, quando fala de maneira simplificada sobre a perspectiva multifatorial de pesquisa ou de estudo sobre a cidade. Cf. BARROS, José D’Assunção. Cidade e História. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2007. P 46.

¹² Neste texto, Corbin trata da dificuldade de apreender as sensações da história da cidade, mas aqui pode-se pensar que pode-se estender o pensamento para as relações pessoais e suas mudanças comportamentais. Cf. CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. Para uma História Cultural. São Paulo. Ed: Estampa, 1998, p. 107.

caseira, que sai da torneira e do chuveiro, não só nos limpa, mas também nos conforta, nos reconforta, nos traz uma sensação de frescor que não podemos dispensar. Não esqueçamos também que é a água que leva para longe os dejetos corporais”¹³, “a água acompanhou a vida dos homens nas sociedades pré-industriais e tradicionais, do nascimento até a morte, do batismo aos rituais funerários”, uma vez que “as águas se tornaram por toda parte uma riqueza fundamental e um símbolo de abundância”¹⁴.

Assim sendo, a água se faz indispensável todos os dias para a vida e é capaz de inspirar pesquisas, como em Gurjão, onde se pretende analisar a problemática das águas, hoje torrenciais nos ambientes citadinos. A ideia consiste em pensar no caminho deste líquido, seus contornos construídos por sintomas modernos, os quais impactaram consideravelmente na arquitetura, mas também no comportamento social. Destarte, com relação à historiografia sobre águas, no Brasil, é possível citar a pesquisa de Jaime Larry Benchimol sobre as reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro, nos mais diversos aspectos, perpassando o início do século XX, dentre os quais as estruturas de esgoto e de água, intitulado “*Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*”¹⁵.

Na Paraíba, pode-se citar um trabalho sobre a cidade de Parahyba do Norte em 1985 sobre a instalação do serviço de higiene, escrito por Lenilde Duarte e Sá, intitulado “*Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918*”¹⁶. Além deste, cita-se o estudo “*A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*”, escrito por Severino Cabral Filho, que versa sobre a modernização pelas imagens que envolvem o cotidiano e a cultura material em Campina Grande, com um capítulo dedicado exclusivamente à água, denominado “*água: desejo, promessa e espetáculo*”. Há, também, a obra intitulada “*Modernidade à Conta Gotas: Por Uma História do Abastecimento de Água em Campina Grande – PB (1950-1958)*” escrita por Fabiano Badu que objetiva problematizar as tramas materiais e simbólicas do período de construção do Açude de Boqueirão e o abastecimento de água em Campina Grande.

Corroborando com essa historiografia, adota-se, portanto, uma perspectiva que se apoia na história urbana, visto que tem a cidade por objeto e, inserido na cidade, um tema construído a partir de um conjunto de fontes, ou seja, o abastecimento de água na cidade de Gurjão.

¹³ (BRUNI, 1993, p.54-55)

¹⁴ (ROCHE, 2000, 186- 187).

¹⁵ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

¹⁶ SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918**. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999.

Constitui-se por esse motivo em uma história que dialoga com o local, bem como toca na perspectiva da chamada *história das coisas banais* por tratar da vida material, mais especificamente da água e todas as suas particularidades, perpassando ainda pelos aspectos culturais do político, visando a apreender as tramas que envolveram as construções voltadas ao desenvolvimento hídrico cidadão, assim como o caminho da água em Gurjão entre 1950 e 1980.

Com relação aos estudos urbanos, estes vêm modificando seus horizontes e têm visto “os objetos de pesquisa ampliarem-se, reconstruindo a complexidade da estrutura social, destacando as relações travadas entre os vários segmentos sociais do espaço urbano”¹⁷. O urbano abriga o local, mas não se confunde com ele. Já que “conhecer realidades do processo histórico local e regional é indispensável à construção da identidade do grupo humano. Além disso, satisfaz a necessidade de entender aquilo que está próximo de nós, diretamente relacionado à nossa vida social, econômica e cultural”¹⁸.

Por conseguinte, sua importância está no fato de que “enquanto a história generalizante destaca as semelhanças, homogeneizando o amálgama das vivências dos locais, a história elaborada com base nas realidades particulares dos locais trabalha com a diferença, com a multiplicidade”¹⁹. Configurando-se em uma história que não exclui a possibilidade de referência a uma totalidade e que tem o espaço de delimitação como construção do historiador, o qual pode utilizar uma área que não necessariamente está demarcada administrativamente, dependendo de seu problema de pesquisa.

Por ser um campo bastante antigo, tem visto novas aberturas de pesquisa desde os anos 1980, dentre os quais a possibilidade da história local “no sentido de que o ‘local’ se refere aqui a uma cultura ou uma política local, a uma singularidade regional, a uma prática que só se encontra aqui ou que aqui adquire conotações especiais a serem examinadas em primeiro plano”, a qual “como foco de atenção para o historiador tem se mostrado um âmbito muito rico para a prática e as escolhas historiográficas”, devido aos “diversos espaços internos” em um país tão abrangente quanto o Brasil e com uma “multiplicação de alternativas culturais”²⁰.

Logo, “a história é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais”, sendo assim, “não podemos imaginar uma generalização em história que seja válida”, diante das singularidades dos indivíduos e dos lugares e a partir do trabalho do historiador, que consiste em três tarefas, “pesquisar, resumir e comunicar”, ambas difíceis, mas essenciais, posto que uma boa pesquisa, contempla um bom material para ser reduzido e formalizado pela

¹⁷ (RAMINELLI, 276-277, 1997)

¹⁸ (CONSTANTINO, 2004, p. 176)

¹⁹ (BARBOSA, 1999, pg. 127).

²⁰ (BARROS, 2013, p. 172 e 168).

comunicação, que é “ligada à narrativa” e envolve as pressões dos pares, mas também a necessidade de escrever para o leitor, uma narrativa legível perpassada por todas as etapas²¹.

É marcada, como toda pesquisa historiográfica, segundo Certeau (1982), pela articulação com um lugar de produção político, cultural e social, ou seja, uma escrita histórica não construída unilateralmente pelo historiador, mas, sim, em coletivo, dado que é fruto da validação dos pares e está ligada ao lugar social que cada uma ocupa. Dessa forma, é ao “[...] mesmo tempo uma disciplina, uma prática e uma escrita”²². Assim, possibilita-se uma análise dos diversos aspectos da “modernidade”, sem esquecer que ela envolve dimensões e processos de transformação não só fisionômicos, mas também das relações pessoais e do cotidiano, que permitem ao pesquisador partir da configuração presente e pensar nas benesses que não existiam em tempos pretéritos.

Portanto, pode ser lida dentro da perspectiva da *história das coisas banais*, uma vez que ela busca “refletir sobre a historicidade do que faz a trama da nossa vida comum”, que trata de “rematerializar os princípios do nosso conhecimento e, desse modo, compreender melhor nossa relação com as coisas, nossa mediação com os objetos e com o mundo”²³, possibilitando uma visualização da cotidianidade e das relações dentro dela, através da percepção e coisas que são atualmente banais, mas que nem sempre foram, como, por exemplo, o ato de ligar uma torneira para utilização da água ou a instalação de mangueiras para manter as plantas vivas com o líquido, posto que ela trouxe novas modificações e ensinamentos para as pessoas. Logo,

O sistema da convivência social é transformado quando o espaço habitado, a relação entre o frio e o calor, entre o dia e a noite, entre o corpo e suas disciplinas, entre conveniências indumentárias, entre mobília e decoração são pouco a pouco modificados pelas capacidades produtivas e pela evolução simultânea dos códigos de costumes e das sensibilidades, quando, por outros consumos ou pela utilização diferente das coisas, os indivíduos podem se construir de outra forma e reajustar sua relação com a coletividade²⁴.

Sendo assim, essas modificações alteraram a vida das pessoas de forma significativa, pois “uma relação material e intelectual com o espaço, o meio, os recursos está se modificando e com ela os níveis de vida e os modos de viver”²⁵, os quais envolvem os consumos, utilizações e relações, principalmente entre a coletividade e perpassam as diversas etapas da água desde a

²¹ (LEVI, 2014)

²² (CERTEAU, 1982, p.66).

²³ (ROCHE, 2000, p.11)

²⁴ (ROCHE, 2000, P. 20).

²⁵ Idem, p.20.

chuva preenchendo os açudes, a relação com a química para sua limpeza e desinfecção, até os processos de distribuição, seja por mangueiras ou na comodidade de casa, por uma torneira. Compreendido como imprescindível, o estudo desses processos e modificações, os quais fazem parte da vida e da composição da história urbana e local, busca entender aspectos do plano material ou mental, das mudanças no abastecimento e manuseio da água e a higiene.

Para tanto, considera-se também a relação entre a política e a cultura, ou melhor, a cultura política que foi apropriada pela *Nova história política*, ganhando uma potencialidade, principalmente aliada à antropologia e outros saberes. Tem-se, por definição, “(...) um sistema de representações, complexo e heterogêneo”, porém que permite compreender os sentidos de um determinado grupo, em uma realidade social, em determinado momento no tempo. Dessa forma, abre-se a possibilidade de interpretar e explicar o comportamento político de atores individuais e coletivos, “privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades, ou seja, realizando o exercício historiográfico que implica se deslocar no tempo e no espaço, compreendendo as orientações dos atores, seguindo seus próprios códigos culturais”²⁶, diante de que

O historiador do político não reivindica como objeto de sua atenção preferencial essa hegemonia: não pretende que tudo seja político nem terá a imprudência de afirmar que a política tem sempre a primeira e a última palavra, mas constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social²⁷.

Assim, é possível perceber a vivência da população, suas reivindicações e as sociabilidades, as quais são culturais, mas permeadas por ações oriundas da atividade política, envolvidas com as tramas e os atores políticos, os quais estão presentes na sociedade e precisam fazer proposituras diante dos mais diversos cenários, dentre eles o problema do abastecimento de água, ao qual será focada a análise. Tendo em vista que,

O estudo da política, a partir da incorporação da noção de cultura política, deixa de se restringir às questões políticas formais, às práticas institucionais, às discussões centradas no aparelho de Estado e suas leis, passando a levar em conta elementos conformadores da dinâmica interna das relações sócio-políticas entre os diferentes atores sociais (individuais e coletivos) e entre estes e o Estado, a exemplo de suas percepções, visões de mundo, valores e sentimentos. Em síntese, estas novas análises, partindo do campo teórico da cultura política, passaram, sobretudo, a levar em conta conceitos como o de paixão e o de desejo e a refletir como estas paixões e estes desejos

²⁶ (GOMES, 2005, p. 30-31).

²⁷ (REMOND, 1996, p. 447).

terminam por serem determinantes dos comportamentos e condutas dos indivíduos ou dos grupos diante da sociedade e da política²⁸.

Consequentemente, possibilita-se o estudo de uma cultura entrelaçada com o político e uma teorização das relações que permeavam os que precisavam de água e seriam beneficiados com ela e os que poderiam assegurar ou construir melhorias que envolvessem o abastecimento do líquido precioso. Dessa maneira, a partir de toda a pesquisa historiográfica, essa narrativa busca apreender, a partir do aporte teórico e das fontes, uma aproximação com a Gurjão de outros tempos, por meio dos caminhos do abastecimento de água, desde a construção do açude, até sua chegada nas casas, a partir das torneiras, tocando em aspectos políticos e sociais. Para tanto, a metodologia, diante do acervo de fontes possuídas, adequou-se ao paradigma indiciário, apontado por Ginzburg (1989), que trata da interpretação de sinais e seu conjunto de conceitos e métodos investigativos e de análise. Desse modo, parte-se dos “sinais, indícios” e pistas grandes ou pequenas que permitem captar uma realidade mais profunda de uma forma inatingível, as quais, por sua vez, são indícios, vestígios, sintomas, fontes e signos que utilizam a minúcia dos detalhes, indispensáveis para uma melhor construção da completude do fato.

Portanto, com amparo dessa metodologia, houve a possibilidade da leitura das fontes assim dispostas. Por exemplo, foi consultada a edição de 1972 da *Revista Avante*, que apresenta uma reportagem sobre as gestões de diversos prefeitos e de um específico de nosso interesse, o qual construiu a lavanderia pública municipal e outras benesses para o município e que contém informações do cenário político e os interesses daquele período. Foi utilizado também o diário de um morador da cidade, escrito entre os anos de 1959-1961, o qual expõe acontecimentos do período e de épocas anteriores, bem como suas memórias de uma série de acontecimentos que envolvem os diversos aspectos da vida de Gurjão. Da mesma forma, foi consultado o livro de Atas da Câmara Municipal de 1975 a 1983, que apresenta pontuadas linhas sobre requerimentos ou resoluções hídricas, e um panfleto político do ano de 1958, que versa sobre a construção do açude municipal, e um panfleto da CAGEPA²⁹ do ano de 1977, sobre o projeto de saneamento básico de Gurjão, explicando sobre ele, mas também informando a novidade para os moradores.

Para além dessas fontes, também foram utilizadas as fotografias, as quais apresentam muitos aspectos captados em um dado momento e demonstram, diante de problematizações diversas, dados importantes de uma época, visto que elas são “um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente”³⁰, permeado por

²⁸ (CITTADINO, 2007, p.53).

²⁹ CAGEPA- Companhia de água e esgotos da Paraíba.

³⁰ (KOSSOY, 2001, p. 45).

intenções. Enquanto fonte histórica, não são apenas uma simples foto, já que “cabe ao pesquisador atentar para a necessária contextualização, as condições de produção e recepção, sem as quais tais imagens não seriam produzidas”³¹. Portanto, devem ser percebidas como documentos, os quais atribuem significados ao imaginário social e informam sobre a cultura material de um período, neste caso as mudanças hídricas.

Assim, com essa base teórica e metodológica, pretendeu-se adentrar um pouco na temática do saneamento urbano, na parte da história das cidades que trata sobre águas e as implicações políticas e sociais da sua utilização no município de Gurjão, seja em construções, medidas paliativas ou mesmo na promoção política que ela proporcionou, como também na vida das pessoas mesmo em um pequeno aglomerado urbano, resultando em novas sensibilidades, modificadas a partir dos anos 1950, antes mesmo da Emancipação Política.

2. OS IDOS DE 1950 E 1960...

Na década de 1950 do século XX, Gurjão figurava enquanto um distrito do município de São João do Cariri³², criado pela Lei estadual n° 540, de 18 de novembro de 1921. Naquele momento, possuía uma população de 2.965 habitantes, sendo 204 moradores urbanos e 2.761 rurais. O lugarejo teve por primeiro nome Timbaúba³³, o qual modificou-se para Timbaúba do Gurjão e, posteriormente, para Gurjão³⁴ em 1943 pela Lei estadual n° 520, permanecendo até a atualidade. Configuravam-se essas mudanças de nomenclaturas como uma “novidade”, a qual alicerçava os ensaios que já ocorriam, por parte da elite de Gurjão ansiosa em sua busca pela Emancipação que ocorreu em 1962.

Aquele foi, portanto, um momento em que a cidade viveu um período de transformações, podendo ser interpretado a partir de sinais de “modernização”, que perpassavam desde a construção do cemitério, que integra uma necessidade sanitária, à implantação de energia elétrica que modificou profundamente a vida social das pessoas por ampliar o horário de claridade, como também a construção do mercado público municipal. Uma outra preocupação foi com a denominação e demarcação de ruas e avenidas, como é visível, a partir do:

³¹ (CABRAL FILHO, 2009, p. 31)

³² Em 1950, São João do Cariri era o maior município do Estado da Paraíba, localizando-se na “Zona Fisiográfica do Cariri Velho”, com uma superfície que representava 6,58% do território paraibano”, com uma população naquele contexto de “31.778 habitantes”, dos quais 88,7% eram moradores da zona rural, contando a cidade com 11 distritos e a sede. Os dados foram obtidos na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1960, p.372-373).

³³ Denominação que remete-se a uma planta que era encontrada em abundância na região, sendo uma das árvores de maior porte da Caatinga.

³⁴ Designação referente ao nome do proprietário da fazenda, na qual iniciou-se a povoação de Timbaúba, também conhecida como Timbaúba do Gurjão, uma vez que ele chamava-se Coronel Antônio José de Farias Gurjão, sendo popularmente conhecido por Coronel Gurjão.

Projeto de lei nº 5/63 que “denomina ruas, avenidas e praças nas principais artérias da cidade e autoriza a colocação de placas de denominação e numeração e dá outras providências”, o qual foi aprovado por unanimidade na sessão de 03 de outubro de 1963. Esse projeto é indiciário por ser um dos primeiros e por se remeter a denominação de ruas nas principais artérias da cidade, visto que era necessário formar uma identidade do lugar, a partir das “artérias principais”, as quais se encontravam no centro da cidade, o qual “foi, por muito tempo, o cartão de visitas”, deixando as marcas que “funcionam como padrões de referência identitária para uma cidade”. Dentre estas marcas, tem-se a mudança da denominação das ruas que compunham “o local onde tudo começou, o seu núcleo de origem”³⁵.

Tratam-se de elementos que contribuíram para a urbanização do município e representaram os primeiros passos da cidade, os quais foram iniciados ainda em meados dos anos 1950 e continuaram com mais força, posteriormente à Emancipação. Essas construções atendiam não só a anseios modernos, mas também a necessidades sanitaristas, levando em consideração os resquícios do movimento higienista, o qual ocorreu no mundo todo, mas no Brasil floresceu a partir do século XIX e no início do século XX e tratava sobre o “atraso” do Brasil em termos de limpeza. Através de tal movimento, defendia-se modificações que se tornavam necessárias e eram vividas por muitas cidades a nível regional e nacional, não apenas nas grandes, mas também nas pequenas e médias, as quais percebiam as várias transformações essenciais para uma modernidade almejada e a preocupação com problemas inerentes a maioria dos lugares, dentre os quais a escassez de água. Esse era um problema sentido, por exemplo, na cidade de Gurjão.

Conforme uma situação relatada em um diário por um antigo morador local, o qual possuía o nome de Raulino Maracajá, no contexto do início da década de 1950, se viu “esta terrível escassez de água que vem todos os anos, atingindo esta pobre terra nordestina. Somos consecutivamente, castigados por estes grandes flagelos de secas. Não é mais surpresa pra nós, ano seco. Surpresa, é quando chega-nos, o inverno”. Apesar de tratar em nível nordestino, fala muito de Gurjão, já que era o lugar de vida do autor. Relatando a falta de água anual, como também o sofrimento que ela causa, a qual:

Aniquila uma parte destes pobres animais enfraquecidos, com uma alimentação tão penosa, de espinhos cortados ou queimados que com avidez tragam-os. Depois aparece a sede, seguindo a procura daquele liquido tão preciso, encontram apenas, água salgada ou temperada que com dificuldade ingere um pouco, para não morrer de sede esperando até o dia que Deus se apiede, de tantos sofrimentos, dos pobres animaes e desta terra castigada tão impiedosamente.³⁶

³⁵ BORGES, R. E. G. C. Representações, sensibilidades e sociabilidades na cidade de Gurjão (1960-1975). 2018. 34p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

³⁶ Relato encontrado no Diário de Raulino Maracajá, o qual nasceu na Fazenda Arara, Município de São João do Cariri, no dia 15 de setembro de 1879, e desencarnou no dia 21 de novembro de 1961, no então distrito de Gurjão. Estudou em São João do Cariri, Batalhão (atual Taperoá),

Este trecho refere-se muito a um distrito, até então majoritariamente rural. Destaca-se o desespero, por parte do autor, dada a intensidade de seu relato, principalmente com relação à situação dos animais, os quais morriam em quantidade significativa e sofriam as intempéries da falta de comida e de água, por causa do período de estiagem, principalmente no espaço rural, uma vez que habitavam em maior quantidade. Mas ressalta-se que eles também compunham a vida da urbe, seja como transporte de pessoas ou carregamento de mercadorias ou até sendo criados e comercializados neste espaço.

Dessa maneira, como “as cidades são, por excelência, um fenômeno cultural, ou seja, integradas a esse princípio de atribuição de significados ao mundo”, sendo assim sensíveis, promove-se a expressão dessa sensibilidade na relação com o planeta, que ajuda a entender as diversas peculiaridades do ser humano e de suas relações. O relato encontrado no Diário de Raulino Maracajá expressa as sensibilidades de um homem próximo do meio rural e que também sentiu na pele o martírio da seca. Como, também, é preciso entender que esses relatos são de um dono de terra que necessitava de um ano de inverno bom para prosperar economicamente.

Importa destacar que o diário de Raulino foi escrito entre os anos de 1959 e 1961. Trata-se de uma explanação sobre diversas pessoas que viviam naquele período ou anteriores a ele, mas também retrata pensamentos e fatos de sua vida ou por ele presenciados, suas memórias da cidade e de suas modificações. A importância desses escritos pode ser vista a partir da perspectiva das “narrativas de fronteira entre o documental e a ficção que são as crônicas de jornal que falam do urbano, ou os discursos de memórias que recompõem no tempo presente reminiscências e experiências passadas, contando as cidades do passado que as cidades de hoje encerram”³⁷.

Neste caso, são narradas por um habitante da cidade que fazia parte da elite, haja vista que era um líder político, o qual foi vereador da cidade de São João Cariri no ano de 1909³⁸, certamente defendendo os interesses do povoado de Timbaúba do Gurjão, um dos nomes anteriores ao de Gurjão, lugar em que nasceu e também para onde retornou, após seus estudos, sendo também fazendeiro e um letrado, que, por vezes, exercia a função de juiz de paz. Além

e Recife, lá desistindo dos estudos e retornando ao cariri, casando-se, morando inicialmente em Taperoá, mas depois retornando a Gurjão, lá desenvolvendo atividades agropecuárias, comerciais e industriais.

³⁷ (PESAVENTO, 2007, p. 19)

³⁸ Informação encontrada no LAEMMERT, Almanak. Administrativo. Mercantil e Industrial (RJ)-1891 a. 1940. Ano 1909\Edição B00066, p. 722. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=39821&url=http://memoria.bn.br/docreader>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

disso, era um incentivador da educação, sendo que por esse motivo teve o nome estampado na primeira escola construída no município.

Dessa forma, ainda no tocante ao objeto de reflexão de Raulino destacado acima, cabe lembrar que aquela era uma situação semelhante ao que ocorria na Paraíba, visto que “uma fase mais intensa de estiagem e outra mais amena marcaram as secas de 1951-1952, no período em que José Américo de Almeida esteve à frente do executivo paraibano”. Conhecido por seu assistencialismo, a José Américo de Almeida é atribuída a construção de um açude no distrito de Gurjão no ano de 1951, o qual levou o seu nome. Essa construção fez parte do projeto de governo do então “comandante”, o qual procurou “legitimar o discurso de que a problemática do desemprego no estado paraibano, durante esse novo período de seca, estaria ligada a falta de açudes nas propriedades particulares, deixando claro que os fazendeiros receberiam do Estado todo o apoio necessário para essas construções”³⁹. Como visto, já que,

As construções dos açudes particulares tiveram um papel imprescindível para a consolidação do americanismo na Paraíba, pois ampliou o poder do ministro em todo o estado, estabeleceu vínculos de aproximação com as velhas oligarquias, mantendo-as sob o controle intervencionista de José Américo e de seus interventores, além de propagar a imagem do ministro da Viação e Obras Públicas como um homem ligado ao povo, tornando-o uma espécie de “salvador do norte”, mais especificamente das populações sertanejas “vítimas” da seca⁴⁰.

Assim, esse projeto de “salvação” estendia-se por toda Paraíba e beneficiava não só as pessoas que necessitavam, mas também os fazendeiros que recebiam incentivos para cederem suas terras para essas construções. No caso de Gurjão, não se sabe especificamente de quem era o terreno onde ocorreu a construção do açude José Américo em 1951, mas sabe-se que a obra foi solicitada por lideranças da política local aliada aos políticos da região, os quais, por sua vez, eram as lideranças de São João do Cariri, já que “a seca para as oligarquias era sinônima da chegada de recursos, assim, as famílias mandavam telegramas com discursos desesperados para adquirir verbas”⁴¹. Desse modo, Raulino Maracajá uniu forças e conseguiu fazer com que fosse erguido o açude para “solucionar” o problema da falta de água.

No entanto, como os “flagelos” e “secas” eram sinônimos de verba, a construção do reservatório de água não solucionou de vez o problema da água na localidade, sendo mais um paliativo para durar um período específico de tempo, já que até a atualidade a indústria das

³⁹ (BARBOSA, 2012, p. 184 e 205).

⁴⁰ Idem, p. 74.

⁴¹ (MOREIRA, 2012, p.156).

secas⁴² é visível no Nordeste. Há governantes que se apoiam na escassez para projetar sua campanha e “lucrar” tanto em termos de benesses econômicas como eleitoreiras, ficando desinteressante resolver um problema que agrega tanto beneficiamento para os governantes.

Conforme é possível observar, utilizavam-se da escassez de água para o beneficiamento próprio, mas ela não era apenas um motivo para conseguir dinheiro e benefícios, uma vez que a falta de água ocorria e castigava fortemente a população. No município de São João do Cariri, do qual Gurjão era distrito nos anos 1950 e tinha uma proximidade geográfica significativa, “as secas na região eram apavorantes. As desgraças causadas pela estiagem eram apresentadas cotidianamente nas páginas do jornal *A União*. Fenômeno natural, a seca estava presente na cultura do Cariri desde o período da conquista territorial”⁴³. Conquanto, infere-se que os castigos da escassez de água data de períodos anteriores ao momento relatado no século XX, no qual São João do Cariri tinha o clima assim descrito:

Escassa pluviosidade, a precipitação pluviométrica não atinge a média anual de 400 milímetros, as chuvas são irregulares, ora muito fortes e prejudiciais, ora muito finas e inúteis, e sempre raras. Sem grandes reservatórios de água, e sem vegetação cerrada que possa influir na queda das chuvas, estas terras são secas, e as estiagens são mais acentuadas de ano para ano⁴⁴.

Sendo assim, com baixa precipitação pluviométrica, ao longo do tempo, os problemas apenas acentuavam-se e as estiagens compreendiam parte da vida dos habitantes da região do cariri. Porém, o problema compreendido no tempo entre 1951 e 1955 apresentou uma grave acentuação, principalmente por falta de reservatórios de água potável, líquido escasso. Encontrava-se apenas em cacimbas – algumas delas depositárias de águas impróprias, outras distantes da localidade –, o que intensificava o problema da população, que a cada ano crescia mais e necessitava de uma melhor atenção e qualidade de vida, além de um olhar mais demorado durante os períodos de falta de água geral. Posto que,

A seca enfrentada pelos paraibanos durante o governo de José Américo de Almeida – mais especificamente entre os anos de 1951-52- se inicia meses antes de sua posse, verificada no dia 01 de fevereiro de 1951. Os primeiros indícios de uma calamidade iminente foram sentidos em alguns municípios do interior do Estado ainda na segunda metade do ano de 1950⁴⁵.

⁴² “Não há dúvida que foi na seca de 1877 que se deu o nascimento da Indústria da seca, essa que caracteriza-se como um meio de obter investimentos governamentais para a região, a cidade ou o estado e praticar o desvio dessas verbas públicas”. Sobre isso ver: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Editora Universitária, 1993.

⁴³ (MOREIRA, 2012, P.155).

⁴⁴ Os dados foram obtidos na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1960, p.373).

⁴⁵ (BARBOSA, 2012, p. 185).

Por conseguinte, diante do estado calamitoso vivido no Estado da Paraíba e na região do Cariri, o distrito recebeu a primeira obra de maior vulto para resolver o problema da água, o açude José Américo de Almeida, construído no ano de 1951, com uma distância aproximada de dois quilômetros do centro de Gurjão. Foi uma importante conquista material e, portanto, simbólica para a localidade. A obra também foi usada como recurso de promoção política, haja vista que revestia os governantes locais e o próprio governador com o lugar de destaque, isto é, como legítimos benfeitores do local.

Dessa forma, a despeito dos “usos” feitos pelas obras, a construção do açude foi um marco para a modernidade tão almejada, assim como constatado no ano de 1959: “foi construído um grande açude no governo do Dr. José Américo de Almeida, vindo dar grande progresso a esta vila com muitos prédios já concluídos e outros em construção”⁴⁶. Evidências dos “usos” políticos da obra em questão aparecem em trechos extraídos de um panfleto político que circulou no ano de 1958, isto é, sete anos após a conclusão do reservatório. Nele, Raulino Medeiros Maracajá explana não só sobre a importância da construção que melhorou consideravelmente a vida da população, como também alega a necessidade de reconhecer o construtor, ou seja, o beneficiador dos habitantes que merecia todos os “louros” da ação executada. Utilizando com essa finalidade toda sua capacidade retórica, a qual o permitiu aproximar-se de um manancial das pessoas e construir o jogo de palavras, transformado em apelo político, nos trechos a seguir, Raulino expõe que:

Disputam a senatoria o eminente paraibano ministro José Américo de Almeida e o Dr. Rui Carneiro. Na preferência dos paraibanos não pode haver hesitação porque o ministro José Américo de Almeida é um homem cujo passado o credencia ao exercício dêsse elevado pôsto [...] Nêste momento como filho desta localidade, convoco todos os homens e mulheres para que não esqueçam a grande obra realizada pelo ministro José Américo de Almeida, quando governador do nosso Estado. **A barragem por êle construída, em que dispendeu mais de três milhões de cruzeiros, no subúrbio desta localidade, evitando que a população viesse em verdadeira romaria à procura de cacimbas infectas de aguas poluídas, é o bastante para que o povo desta terra, em homenagem ao seu grande benfeitor, sagre o seu nome nas urnas só assim se torna digno de si mesmo e de sua gratidão.** Estou certo de que o povo de Gurjão saberá cumprir êsse dever de consciência, votando em José Américo de Almeida, o homem que nos deu tudo, enquanto o seu competidor só apareceu aqui este ano, para pleitear votos. ⁴⁷ **Grifos nossos.**

Consequentemente, conforme o grifo sinaliza, a utilização política que a obra teve, a qual “dispendeu mais de três milhões de cruzeiros” para o governo de José Américo e evitou a

⁴⁶ (MARACAJÁ, 1959, p. 46).

⁴⁷ Panfleto político ao povo de Gurjão de 23 de setembro de 1958.

romaria dos habitantes em busca de reservatórios de água poluída, o que não era o caso do novo açude, o qual era um beneficiamento extraordinário. Utilizado por Raulino, quando este “dramatiza pela eleição, ocasião que uma “partida” nova parece ser jogada”⁴⁸, pleiteando para a conquista da vitória, o ponto da população, a qual deve homenagear, com a finalidade de tornarem-se “dignos de si mesmos” e como forma de demonstrar imensa gratidão, votar no homem que mudou suas vidas.

Implica ressaltar que esse homem, que deveria ser beneficiário de tanta gratidão, era José Américo de Almeida, que foi senador e governador e teve um papel assistencialista, principalmente com sua ligação próxima a Getúlio Vargas, o que fez crescer sua fama e espalhou o americanismo. Como um traço notável nos cargos que ocupou, até mesmo como ministro, não só passou a dar prioridade à “política hidráulica” como rechaçou qualquer tipo de outra ação ou cooperação que não seguisse o caminho que ele mesmo havia traçado e que propiciaria a consolidação da indústria da seca, aos moldes americanistas”⁴⁹. Mas, também quando governador, em que

Ao analisarmos os dados oficiais relacionados os gastos dos principais órgãos que integravam o governo de José Américo, percebemos que no ano de 1951, as despesas da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas – responsável direta pela maior parte das ações de combate à seca, a exemplo da construção de açudes, pavimentação e construções de rodovias – superou os gastos de quase todas as outras secretarias do Estado⁵⁰.

Sua trajetória demonstra sua inclinação para obras hídricas. Mas não se pode deixar de notar também seu poder político, utilizado não só por ele, como também por seus adeptos. O caso do panfleto apresentado acima reitera a política da indústria das secas e as práticas de angariar votos por “favores” governamentais, como a construção que foi feita por um “homem que nos deu tudo”. Apesar de pequena, trata-se de uma frase que diz muito, posto que é importante pensar no que consistiu esse “tudo”, neste caso a construção do açude, que era sinônimo de água, tão necessária e escassa na região.

Portanto, o apelo toca no ponto mais profundo da população, na sua maior necessidade, que era a obtenção de água, utilizando uma construção textual que notoriamente surtiu efeito nas pessoas, atingindo as pessoas que se sentiam agradecidas pela construção do açude. Não obstante, é preciso considerar que tal construção melhorou consideravelmente o abastecimento de água na cidade, a qual vivia em “verdadeira romaria à procura de cacimbas infectas de águas poluídas”, segundo o panfleto político apresentado. Isso tinha sua dose de veracidade, já que

⁴⁸ (BALANDIER, 1982, p. 8).

⁴⁹ (BARBOSA, 2012, p. 60).

⁵⁰ (BARBOSA, 2012, p. 219).

outros açudes se encontravam muito distantes e várias barragens foram construídas apenas após este período.

Considerando que a indústria da seca gerou a manipulação dos recursos públicos em prol das elites nordestinas, pode-se entender que em Gurjão também não foi diferente. O acesso e a chegada da água foi usado para promover um governante, enquanto o salvador da população, um super “homem que nos deu tudo”. Logo, foi possível uma ação expansivamente utilizada: “ligar o destino dos homens de poder tanto à qualidade de sua imagem pública quanto às suas obras”⁵¹. Apesar dos benefícios da obra, é importante ver a manobra política para construir uma espécie de herói/benfeitor local. Visto que,

O mito do herói que acentua com mais frequência a teatralidade política; ele engendra uma autoridade mais espetacular do que a rotineira, que não oferece surpresas. [...] Ele é reconhecido em virtude de sua força dramática. Dela deriva sua qualidade e não do nascimento ou da formação recebida. Ele aparece, age, provoca a adesão, recebe o poder. A surpresa, a ação, e o sucesso são as três leis do drama que lhe dão existência⁵².

Essa dramaticidade de palavras e ações é capaz de emplacar um herói que possa ficar na memória dos eleitores, a partir de dados e ações, já que “o poder utiliza, aliás, meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações), expor os valores que exalta (manifestações) e afirmar sua força (execuções)”⁵³. Destarte, viu-se não só uma transformação de herói em José Américo, mas também em Raulino. Este último usou da dramatização para “implorar” votos e também para a exaltação do benfeitor e da obra, alegando que “é a este iminente brasileiro e grande paraibano, que todos nós, devemos sufragar o seu nome para qualquer cargo que ele deseje exercer, porque saberá cumprir com honradez seu mandato”, pois “devemos nos lembrar de tantos benefícios prestados por este homem público, aos desprotegidos da sorte, salvando-os da fome cruel que os atormentava em tantas estiagens terríveis que vinham, assolando repetidas vezes, este nordeste brasileiro”⁵⁴.

Assim, Raulino, enquanto liderança local, ressalta avidamente José Américo, uma vez que em outro trecho de seu diário, destaca a importância da obra e suas consequências para a localidade. “Foi construído um grande açude no governo do Dr José Américo de Almeida, vindo dar grande progresso a esta Vila como muitos prédios já concluídos e outros em construção”⁵⁵. Esse relato de 1959 ressaltava não apenas a heroificação do político, mas também uma noção

⁵¹ (BALANDIER, 1982, p.8).

⁵² (BALANDIER, 1982, p. 7).

⁵³ Idem, p. 10

⁵⁴ (MARACAJÁ, 1959, p. 11).

⁵⁵ Idem, p.46.

de que os reservatórios de água fétida tinham ficado no passado. Por conseguinte, na visão da liderança local, a cidade inclinava-se a desfrutar de novos ares quanto à questão do abastecimento de água. Mas essa obra tinha essa dimensão toda ou a maior parte se dava por causa da propaganda construída? O progresso estava realmente acontecendo na cidade por meio da edificação do açude? A modernidade havia chegado de forma hídrica?

Implica rememorar que o açude construído em 1951 distava cerca de dois quilômetros do centro de Gurjão, foi construído em uma embocadura de rio e formou-se como um item de extrema importância para os habitantes residentes não só no núcleo urbano, mas também na zona rural de suas redondezas. As pessoas buscavam água com latas que carregavam individualmente na cabeça, ou então, em duas pessoas, formavam o pau de galão com uma lata de cada lado, segurada por um pau perpassando os ombros. Também buscavam água com jumentos de carga ou em carroças de boi ou de burro, enchendo latas, tambores ou reservatórios que possuísem.

O reservatório era e continua sendo a principal fonte de água do município. Naquele momento, sua construção por si só não resolveu a problemática da falta de água citadina, mas infere-se que ofereceu uma proximidade da população com o líquido precioso, já que se tornava bem mais fácil o carregamento de água, seja com latas ou carroças, de um líquido que, como ressaltou Raulino anteriormente, não era mais infecto. Portanto, era possível supor um desenvolvimento mais rápido, já que se tornava mais barato e cômodo os deslocamentos e a obtenção de água, visto que o açude era público e a partir dele haveria a possibilidade de edificações posteriores, dentre as quais pode-se citar a lavanderia pública e o abastecimento de água por meio de todo um sistema que possibilitou o líquido precioso jorrar nas torneiras.

Dessa forma, no cenário posterior, nos anos de 1960, como já exposto anteriormente, a cidade de Gurjão passou por diversas modificações, visto que foi o período da Emancipação política e dos sonhos e projetos concretizados ou não. Porém, não houve uma construção exponencial em relação à parte hídrica da cidade que se formava, a preocupação se voltava principalmente para energia, calçamentos e afins. Entretanto, a necessidade por comodidade e outros equipamentos modernos aumentava e foi assim que a década de 1970 chegou... o que esperar dela?

3.O TEMPO PASSA...

Início da década de 1970, Gurjão contava com um cenário de transformações aos olhos dos seus habitantes, levando em consideração que se tornara uma cidade e apresentava cada dia

novas melhorias, algumas construídas na gestão do prefeito José Anchieta Maracajá Coutinho. Sua gestão perdurou entre os anos de 1970 até janeiro de 1973 e ficou marcada pela construção da lavanderia pública, a edificação de escolas na zona rural e urbana, assim como o calçamento das principais ruas da cidade.

A gestão foi mencionada na *Revista Avante*, a qual assim descrevia seus objetivos: “através de fatos e fotos, documentamos o processo de difusão dos seus administradores municipais, mostrando em cada página, a consciência dos prefeitos perante ao povo”. Assim, podemos entrever que a visão apresentada partia dos prefeitos e de suas visões das obras realizadas. A revista fazia parte da “empresa jornalística dos municípios Ltda” e “circulava gratuitamente entre todos os municípios do Nordeste, além de repartições públicas”, possuindo uma “tiragem de 15.000 exemplares”⁵⁶, com uma relativa circulação, mas não tão abrangente para a população, considerando o tanto de prefeituras apresentadas e o número de impressões.

Neste exemplar impresso, a cidade de Gurjão foi descrita como uma cidade em desenvolvimento, posto que “a atual administração não tem desanimado e vai marcando sua trajetória com alguns melhoramentos que representam o resultado do espírito de trabalho, numa prova autêntica do seu valor”, a qual seria “voltada para o soerguimento municipal e o bem estar de todos”. É importante ressaltar que vivia-se o período da ditadura militar no Brasil⁵⁷ e isso também perpassa a retórica do redator e as ações da prefeitura neste momento, como, por exemplo, “a criação da Bandeira do Município, numa primeira etapa do movimento de civismo entre os alunos, sendo comemoradas todas as datas cívicas”⁵⁸, as quais eram preponderantes no nacionalismo pregado pelo governo ditatorial e deveria chegar a toda extensão brasileira, principalmente nas novas gerações, embebidas de palavras de civilidade e ordem.

Logo, a ordem está diretamente ligada à educação e esta foi um dos pontos principais do governo de José Anchieta Maracajá Coutinho, no qual “foi firmado o convênio do que resultou a implantação de 49 postos alfabetizadores” do MOBREAL⁵⁹. Além disso, “dois grupos escolares foram edificados, sendo um no sítio Ginete e outro do sítio Riacho da Cobra, encontrando-se, ainda, em fase de conclusão as obras de um grupo escolar na cidade, composto de duas salas de aula”⁶⁰, obras captadas e registradas pela revista através das imagens abaixo.

⁵⁶ Apresentação do diretor da Revista Avante: realidade dos municípios do nordeste. Edição 1972. Ano 8. Nº 8. P. 4

⁵⁷ A ditadura militar foi um período em que os militares estiveram governando o Brasil, entre 1964 e 1985. Foi um dos momentos mais tensos da história brasileira, sendo marcado por falta de liberdade, uso da tortura contra opositores políticos e prática de terrorismo de Estado. Era sustentado por atos institucionais e teve um saldo de muitos mortos e desaparecidos.

⁵⁸ Revista Avante: realidade dos municípios do nordeste. Edição 1972. Ano 8. Nº 8. P. 93.

⁵⁹ MOBREAL-Movimento Brasileiro de Alfabetização.

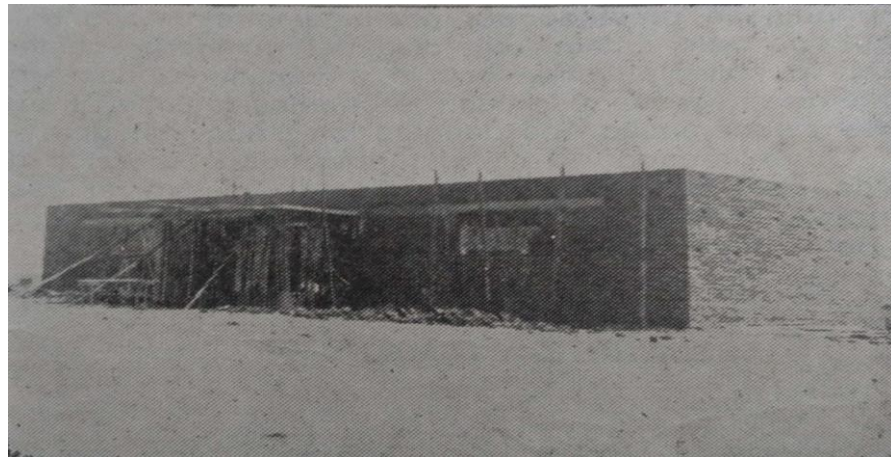
⁶⁰ Revista Avante: realidade dos municípios do nordeste. Edição 1972. Ano 8. Nº 8. P. 93.

IMAGEM 1: Grupo escolar construído Riacho da Cobra, zona rural da sede



Fonte: (Revista Avante: realidade dos municípios do nordeste. Edição 1972. Ano 8. N° 8. P. 94).

IMAGEM 2: Grupo escolar em construção na zona urbana de Gurjão



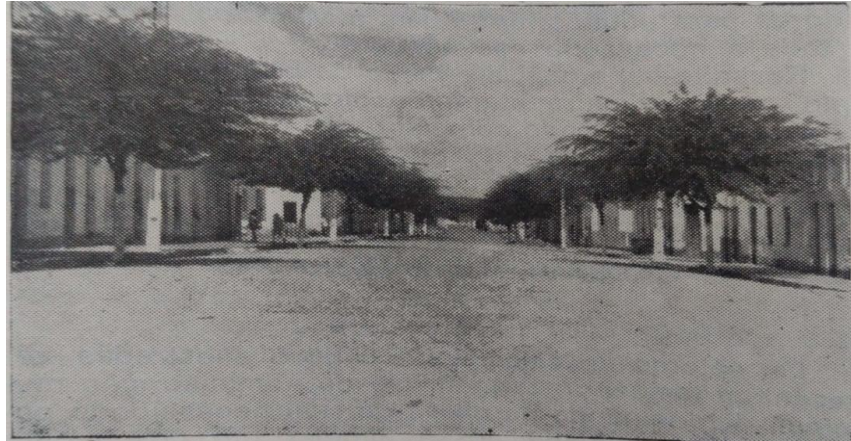
Fonte: (Revista Avante: realidade dos municípios do nordeste. Edição 1972. Ano 8. N° 8. P. 93).

É possível inferir, a partir das duas fotografias, com um grupo escolar pronto e um em processo de edificação, que os principais investimentos e ações foram no campo educacional, para uma cidade que no ano 1970, tinha uma população “estimada em 5.264 pessoas, distribuída entre 879 na cidade e 4.408 na zona rural”⁶¹, dados que provavelmente expliquem as duas escolas rurais, local de residência da maioria dos habitantes.

Mas, na zona urbana, segundo o redator, “apesar da prefeitura contar quase que somente com os recursos provenientes do fundo de participação, como acontece em muitos municípios de idênticas condições ao de Gurjão”⁶² se destacou por algumas obras públicas, dentre as quais a pavimentação de ruas da cidade, em especial, a avenida principal, denominada Antônio Coutinho, como identificada na imagem que segue.

⁶¹ Revista Avante: realidade dos municípios do nordeste. Edição 1972. Ano 8. N° 8. P. 94.

⁶² Idem, P. 95.

IMAGEM 3: Pavimentação da Avenida Antônio Coutinho

Fonte: (Revista Avante: realidade dos municípios do nordeste. Edição 1972. Ano 8. Nº 8. P. 94).

A pavimentação da cidade, segundo o editor da revista, representava “também o termômetro da administração municipal, determinando as obras de real necessidade para que a comunidade possa almejar um desenvolvimento mais acelerado”⁶³, uma vez que elas possibilitavam o melhor tráfego de automóveis – certamente os poucos que existiam ou que visitavam a cidade – e de pessoas, as quais contribuiriam para a modernidade, assim como traria mais comodidade e conforto para os moradores, principalmente em tempos chuvosos que não acarretariam mais lama para os pés.

Assim, ainda com o pensamento de conforto e comodidade, foi construída no governo do então prefeito, corroborando com todas as obras até aqui apresentadas, a lavanderia pública “em convênio com a SUPLAN”⁶⁴. Na época, o empreendimento fora dotado “de 10 boxes, além de outros e que vem servindo a contento à população”⁶⁵. Constituindo-se como uma obra que possivelmente visava à utilização da água do açude público José Américo de Almeida, edificado em 1951, para o beneficiamento da população, tornando-se um reduto para as mulheres em atividades extensivas ao lar, na grande maioria, lavar as roupas e outras vestimentas.

Além disso, o lugar figurou como importante para a socialização dos acontecimentos da cidade, sendo um lugar de sociabilidades atrelada à questão hídrica. É certo que a obra foi construída como uma medida que visava atenuar os problemas advindos da falta de água, como demonstrava a revista ao salientar que o prefeito “vem sabendo distinguir a execução de suas realizações, utilizando-se os recursos exclusivamente em obras prioritárias [entre elas as que envolviam as questões hídricas], além de manter sempre em dia as obrigações da

⁶³ Revista Avante: realidade dos municípios do nordeste. Edição 1972. Ano 8. Nº 8. P. 93.

⁶⁴ SUPLAN- Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado.

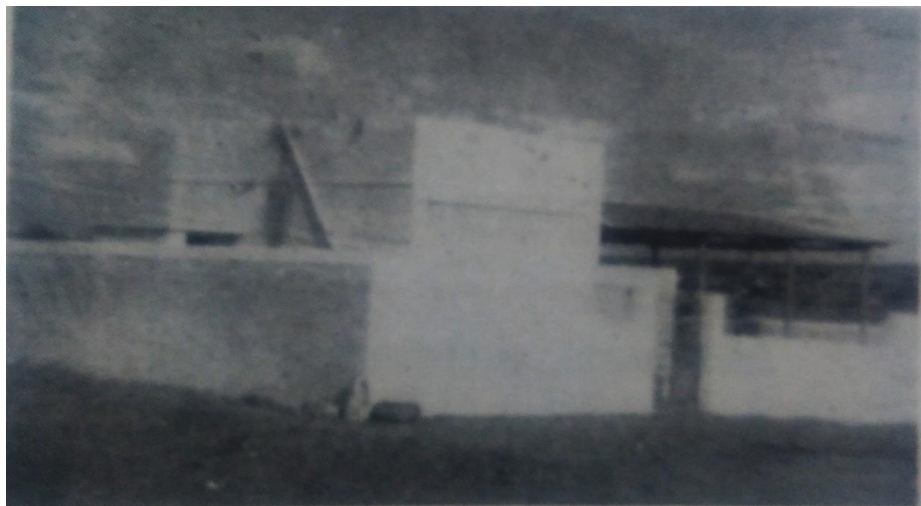
⁶⁵ Revista Avante: realidade dos municípios do nordeste. Edição 1972. Ano 8. Nº 8. P. 94.

municipalidade”⁶⁶. Consequentemente, vista como obra prioritária, a edificação da lavanderia pública, por meio da gestão de José de Anchieta Maracajá Coutinho, oportunizou o alinhamento com diversas administrações, as quais tinham a mesma preocupação nesse período, com relação à necessidade de lavar roupa, corroborando com a ampliação da utilização das mesmas, por causa das novas necessidades da população.

A fotografia número 4, apresentada a seguir, retirada também da *Revista Avante*, merece uma análise, levando em consideração que “uma análise das imagens fotográficas como documentos que permitem uma aproximação das práticas sociais com a sua dimensão simbólica, considerando as tensões e conflitos que, historicamente, permeiam a sociedade”⁶⁷, podem ser “o resultado de uma contingência, retratando o que foi encontrado pelo fotógrafo” pondo em “sincronia o olhar do receptor com um mundo que – mesmo não mais existindo – passa a fazer parte do seu universo por meio do que a imagem eternizou, do resultado de um trabalho que se consubstancia em memória com toda a plenitude da visualidade”⁶⁸.

Logo, pensando em uma “análise dessas imagens que não pode passar ao largo das condições históricas que as propiciaram; isto é: cabe ao pesquisador atentar para a necessária contextualização, as condições de produção e recepção, sem as quais tais imagens não seriam produzidas”⁶⁹, busca-se visualizar o que as imagens relacionadas a água dizem, como a representada a seguir da lavanderia pública, após sua conclusão.

IMAGEM 4: Lavanderia Pública de Gurjão



Fonte: (Revista Avante: realidade dos municípios do nordeste. Edição 1972. Ano 8. Nº 8. P. 93).

⁶⁶ Revista Avante: realidade dos municípios do nordeste. Edição 1972. Ano 8. Nº 8. P. 95.

⁶⁷ (CABRAL FILHO, 2009, P. 29)

⁶⁸ (CABRAL FILHO, 2009, p. 33).

⁶⁹Idem, p. 31.

A fotografia número 4, clicada na década de 1970, retrata a lavanderia pública⁷⁰ construída entre os anos de 1970 e 1973, mas não se sabe o ano específico de sua inauguração. Mas seu clique foi permeado de intencionalidade com vistas a demonstrar a benfeitoria realizada em seu melhor aspecto. É preciso considerar que as fotografias selecionam o que deve ser visualizado, sendo assim, são permeadas por interesses relacionados geralmente às relações de poder. Vale ressaltar que esse registro além de comprovar a realização de uma obra pública e construir uma imagem do governante como um homem voltado às necessidades das pessoas, um benfeitor, também é uma maneira de exibir a cidade de Gurjão, enquanto ordenada com as necessidades higiênicas e modernas do período.

Por conseguinte, além do aspecto intencional, a leitura da imagem permite perceber a falta de edifícios ao seu redor, demonstrando os aspectos de ruralidade que a cidade ainda comportava, mas também era uma evidência da preocupação higiênica⁷¹, uma vez que obras como cemitérios e lavanderias eram construídas longe dos centros urbanos, já que tratavam do infecto, mesmo que tivessem a função de desinfecção, como é o caso das roupas e utensílios que passavam pelo ambiente da lavanderia.

A constituição do prédio apresentava paredes baixas como forma de demonstrar o quanto tinha um sentido popular, o qual deveria servir a toda a população, mas também possibilitando a visualização da estrutura interna composta pela caixa de água fixada acima dos 10 boxes para a lavagem, não possíveis de visualização, contendo ainda a parte com cobertura de madeira e uma parte descoberta que servia para “estender” as peças para que pudessem secar. A água lá utilizada era proveniente do açude público, já que o reservatório estava há apenas 400 metros de distância. Mas não havia uma encanação e, sim, carroças que enchiam os reservatórios no açude e depois armazenavam na caixa de água da lavanderia, utilizada até a secagem e preenchida novamente. Porém, nesse caso dependia da reserva de água do açude, assim como da disponibilidade da prefeitura de abastecer novamente.

Dessa forma, esse novo equipamento veio a corroborar com o açude construído em 1951, no sentido de utilizar os recursos que este armazenava e distribuir de certa forma para a população que ansiava por mais conforto e comodidade, aspectos presentes em outras regiões e que deixariam a cidade cada vez mais sintonizada com a modernidade almejada. A lavanderia transformou-se em um lugar propício às sociabilidades, as quais proporcionavam às lavadeiras

⁷⁰ Prédio atualmente inexistente, visto que foi abandonado, vindo a desintegrar-se pelo descaso, como também pela ação do tempo.

⁷¹ O Movimento higienista, ganhou força no Brasil, a partir do século XIX estendendo-se até no início do século XX, no qual houveram grandes ações, pois o atraso do Brasil devia-se a falta de higiene e não cuidado com a saúde. Assim, o afastamento de cemitérios e lavanderias das regiões centrais da cidade, era pertinente segundo as teorias vigentes, pois as roupas sujas estavam infectadas, fora que estende-las na residência ou ter uma lavanderia muito próxima deixava a urbe “feia” e com um aspecto “pobre.

um “contexto de tagarelice e camaradagem”, no qual “informavam-se sobre os problemas da vizinhança, transmitiam e mantinham as tradições, como receitas, remédios, histórias, rezas”⁷².

As lavadeiras que lá se encontravam partiam de realidades diferentes, algumas eram trabalhadoras das residências e utilizavam o ambiente para a desinfecção das roupas dos locais de trabalho, mas também existiam as “trabalhadoras externas (lavadeiras, engomadeiras)”, as quais “enfrentavam as obrigações com a freguesia, os prazos para a entrega de encomendas”. Aqui, leva-se em consideração que “o esforço por trazer à família recursos monetários marginais, vitais em casos de crise, sempre acarretou um aumento da atividade feminina”, sendo que as funções de “lavar, passar e engomar passaram a constituir para as mulheres pertencentes aos estratos sociais mais baixos uma opção de ocupação remunerada”⁷³. Logo, depreende-se que a realidade vivida naquele novo ambiente implicou uma série de encontros e possibilidades de sociabilidade, não só entre as lavadeiras, mas também entre os trabalhadores que abasteciam o espaço e, provavelmente, as crianças que provavelmente acompanhavam suas mães.

Como ocorreu em outros espaços urbanos, a prática também teve repercussão na renda das famílias, já que muitas mulheres tinham por ofício lavar roupas “para fora” e como conheciam “as técnicas e os segredos de sua ocupação, estratégia para branquear, engomar e passar a roupa”, logravam muitos clientes, sendo “reconhecidas como mulheres dispostas para o trabalho”⁷⁴. Dessa forma, não apenas as lavadeiras⁷⁵ foram beneficiárias da construção da lavanderia pública, mas também seus clientes ou patrões.

4. MAS, E O SANEAMENTO DA CIDADE?

Apesar dos melhoramentos apresentados até o momento, ainda nos anos 1970, não existia saneamento básico para a grande maioria da população. Nas casas de cidadãos mais abastados, existiam caixas de água, as quais, quando enchidas, serviam para os afazeres domésticos como também para fins higiênicos do corpo. Mas isso era a situação de uma parcela muito pequena de pessoas e representava uma ínfima quantidade de residências, uma vez que o grosso da população ainda se via com abastecimento relegado aos carregadores que possuíam carroças e com elas enchiam tanques, barricas e tambores e vendiam à população.

⁷² (MATOS, 2002, p. 141).

⁷³ (MATOS, 2002, p. 143-144)

⁷⁴ (MATOS, 2002, p. 145 e 146).

⁷⁵ Para pensar as donas de casa e lavadeiras em nível geral, pode-se Cf. PERROT, Michelle. A dona-de-casa no espaço parisiense. In: Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros. SP: Paz e Terra, 1988. P. 229-230. E em nível mais, ou seja, no Rio de Janeiro no século XIX e XX, pode-se Cf. MONTELEONE, Joana de Moraes. “Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920) “. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48913, 2019, que traz uma abordagem sobre profissões de mulheres nesse período e o enfoque com o cuidado que se deveria ter com a roupa.

O fato remete à questão da modernidade, que não chegava a todas as pessoas, visto que nem todos tiveram as mesmas regalias dos que tinham condição financeira. Logo, é imprescindível a problematização histórica de veículos como a *Revista Avante*, na qual os discursos e narrativas oficiais decantavam um progresso, que era revestido de obras e benesses que, em tese, chegavam e modificavam a vida de toda a população. Porém, geralmente na prática não era bem assim, posto que tudo não chegava para todos, sendo criados meios para amenizar a situação, normalmente com financiamento de transporte e abastecimento a partir de carros-pipa pelo poder público; trabalho feito, principalmente pelo exército brasileiro⁷⁶, que consistindo em retirar a água dos mananciais mais próximos que estivessem abastecidos - prática que tinha e ainda tem “vida útil” em épocas de fortes estiagens - para suprir as necessidades não só da população rural, mas também citadina, visto que:

O problema das quantidades de água disponíveis se apresenta de uma maneira permanente, mas não tinha a mesma acuidade e o mesmo significado para todos. A escassez era comum a todas as categorias em vista das disponibilidades, mas com níveis ligados aos hábitos e à posse; a desigualdade era essencial quanto à qualidade das águas segundo uma fronteira fundamental que era difícil traçar através de todo o corpo social.⁷⁷

Depreende-se, então, a desigualdade com relação à quantidade, qualidade e distribuição da água, como visto, em certa medida, na imagem a seguir.

IMAGEM 5- Distribuição de água por carro-pipa no centro de Gurjão-PB.



Fonte: Acervo de Sandro José Porto Pimentel⁷⁸

⁷⁶ A Operação Pipa é um programa do governo federal que atua por intermédio do Decreto governamental e municipal de calamidade, informando a situação e a impossibilidade de abastecimento de água para a população, seja por meio de açude ou de água encanada, principalmente nas zonas rurais. É um programa emergencial e comandado pelo exército brasileiro, o qual realiza a desinfecção, transporte e distribuição de água potável por meio da contratação de carros-pipas às populações atingidas.

⁷⁷ (ROCHE, 2000, p. 205).

⁷⁸ Fotografia publicada em 04 de março de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/museufotograficovirtualdegurjao/photos/a.816908218405657/817366338359845/?type=3&theater> Acesso em: 22 de outubro de 2019.

A imagem número 5 é uma foto que representa um momento recorrente, principalmente nos períodos de estiagens, visto que é visível o abastecimento de água a partir de carro-pipa na cidade de Gurjão. A foto foi provavelmente clicada na década de 1970, período em que ainda não existia saneamento básico, sendo esse um dos meios mais frequentes de abastecimento, não só por falta de saneamento, mas também nos períodos de fortes estiagens.

A fotografia foi capturada em um ângulo que denota a intencionalidade de mostrar uma ação da prefeitura, uma comprovação de suas realizações, pois é perceptível o foco na ação e não em pessoas específicas, a qual é executada na praça central da cidade, à frente das primeiras casas do município, com possibilidade de visualização no plano de fundo da figura, por causa do espaço existente e da maior facilidade do encontro nesse local, mas também para mostrar que os governantes preocupavam-se com o bem estar da população, sanando sua sede.

A praça configurava-se enquanto reduto de todos os eventos de sociabilidade, sejam religiosos ou governamentais, possuindo uma “grande” árvore, para servir como “sombra” e um local de muita incidência solar, apreendida a partir da visualização de que o único banco ocupado é o que encontra-se abaixo do algaroba⁷⁹. Por conseguinte, neste momento, o local servia de um reduto de sociabilidades diferenciadas e provavelmente conversas que versavam sobre preocupações com água e, ao mesmo tempo, sobre esperança.

Para além dos elementos da praça, é perceptível o caminhão, isto é, a “fonte do líquido da vida”, ao seu lado, um homem com a mangueira, provavelmente também o motorista, fazendo a distribuição de água para as pessoas que estavam na fila já há algum tempo, com seus reservatórios. Em sua maioria, mulheres, provavelmente donas de casa, as quais buscavam a água para os afazeres diários, enquanto seus companheiros trabalhavam em outros locais. Por esse motivo, há uma boa quantidade de crianças brincando espalhadas pela praça, elas ajudavam suas mães com o carregamento ou as acompanhavam, mas até o momento da ação acontecer, aproveitavam a oportunidade para recriação e sociabilidade.

Portanto, assim como os encontros das lavadeiras, buscar água era um momento social e recreativo, porém, ao mesmo tempo, de trabalho e preocupação, pois gerava muitas vezes algum tipo de competição, visto que, em algumas situações, o esvaziamento do pipa ocorria antes de todas as pessoas satisfazerem suas necessidades. Este fato gerava reclamações e também sonhos que versavam sobre a sintonização com cidades como Campina Grande, a qual era ligada por sua elite e por relações comerciais, na qual já tinha visto desde 1927 “Ermani

⁷⁹ Árvore nativa do Peru e que não possui uma necessidade muito grande de água, sendo assim muito difundida e cultivada no Nordeste brasileiro.

Lauritzen realizar um ato extremamente importante: a abertura de uma “torneira”⁸⁰ e em plenos anos 1970, ainda não realizara tamanho sonho, ele seria efetivado?

5. ENFIM... “UMA NOVA HABITANTE QUE CHEGOU PARA SER UMA GRANDE AMIGA”⁸¹

Após anos de construções voltadas para a educação e pavimentações de ruas, mas também de edificação da lavanderia e de sonhos com o abastecimento de água, houve uma modificação na gestão municipal, uma vez que, no ano de 1973, tomavam posse os governantes da 4ª legislatura do município de Gurjão, sendo eles: Inácio Alves Caluete e João Pimentel de Almeida, prefeito e vice, respectivamente. Para compor o poder legislativo, assumiram os cargos João Correia de Araújo, Paulo Freire de Farias, Fernando Henriques Coutinho, José Felizardo de Araújo, Sebastião Ivo de Moraes, Dário Nunes Pereira e Milton Henriques Gonçalves.

Tornaram-se os políticos atuantes no cenário de 1973 a 1977, período em que foi votado um projeto de lei que começava a concretizar o sonho antigo, verbalizado em um projeto de lei de 19 de março de 1976. Este “projeto de lei nº 1/76 que autoriza o prefeito municipal a conceder um contrato, a execução e a exploração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários do município e dá outras providências”⁸². O registro, apesar de não demonstrar a votação do projeto, é crucial para pensar que se tinha o objetivo de abastecer a cidade com água nas torneiras, um símbolo da modernidade que chegou um pouco tardiamente se comparado a outras localidades, mas que chegou, visto que o panfleto de que se dispõe recorre aos habitantes como “Prezados consumidores”, os quais ganharam “uma nova habitante que chegou para ser uma grande amiga: A ÁGUA”⁸³.

Elemento vital para a população, ao contrário de como era anteriormente, o que a população passou a receber “é uma água limpa e bem tratada, uma água praticamente sem impurezas uma água que você pode beber tranquilo, na certeza de que todas as impurezas e sujeiras ficaram para traz”. Nesse momento, a cidade contava com um abastecimento e, para além dele, com a estação de tratamento da água, a qual já não mais permitia que um líquido

⁸⁰ Para mais informações sobre o abastecimento de água em Campina Grande e seus caminhos Cf. SOUZA, Fabiano Badú de et al. Modernidade à conta gotas: por uma história do abastecimento de água em Campina Grande-PB (1950-1958). Dissertação de Mestrado em História. Campina Grande: UFCG, 2013. 168 fls. Esse trecho específico encontra-se em SOUZA, 2013, p. 39.

⁸¹ Título retirado da fonte: panfleto do Governo do Estado da Paraíba e da Secretaria dos Transportes e Obras em parceria com a CAGEPA (1978).

⁸² Registro apenas dos Projetos de Lei, não apresentando discussões ou votação (ATA, 1976, p. 02).

⁸³ Título do panfleto do Governo do Estado da Paraíba e da Secretaria dos Transportes e Obras em parceria com a CAGEPA (1978).

impuro saísse de suas torneiras, mas apenas um líquido sem contaminação. Como nova habitante da cidade cada vez mais moderna, a água requeria cuidados⁸⁴. Os documentos oficiais remetiam a essa questão da seguinte forma:

Trate-a com carinho, **não a desperdice**, pois foi muito trabalho para trazê-la até aqui. E quanto aquele problema das impurezas, esqueça: aquilo faz parte do passado. Recente, sem dúvidas, mas de qualquer maneira passado. E você conhece certamente aquele provérbio que diz: ‘**ÁGUAS PASSADAS NÃO MOVEM MOINHOS**’ Avalie só pessoas! Boa sorte com sua nova amiga.⁸⁵

O trecho extraído do panfleto reiterava que foram muitas as dificuldades enfrentadas até a conclusão do abastecimento de água, processo visto em todo o percurso deste texto. E é justamente por conta das diversas dificuldades que o panfleto buscava enfatizar a importância de não desperdiçar a água e também de não precisar se preocupar com as impurezas, pois essas, assim como a falta de água, faziam parte do passado. A urbe que se modernizava era organizada e, sobretudo, limpa em todos os seus aspectos. Já que é possível entender que:

Toda a vida urbana, toda cidade, depende de um sistema de abastecimento de água e a tarefa de abastecer de água uma cidade é gigantesca. Em primeiro lugar a água tem de ser captada dos mananciais (lagos, rios ou água do subsolo), em seguida tem de sofrer todo um processo de tratamento pelo qual é purificada e tornada apropriada ao consumo. Depois passa por um sistema de distribuição e finalmente um sistema de esgoto conduz as águas servidas para estações de tratamento que as devolvem para os rios ou para o mar.⁸⁶

Dessa forma, a resolução do problema do abastecimento de água da cidade, perpassando todas as etapas citadas acima, entrava em uma nova etapa. Naquele momento, dado a instalação de um sistema moderno de abastecimento, era possível direcionar a atenção do poder público para outros elementos, posto que problemas hídricos estavam sendo solucionadas. Importa destacar que “uma vez a cidade dotada por um sistema de abastecimento de água modernamente tratada, outros aspectos simbólicos se abrem para o contentamento daqueles que tinham uma visão ampliada acerca de temas como liberdade, desenvolvimento e progresso”⁸⁷.

Assim, um sistema de abastecimento pode ser visualizado como um elemento simbólico que inicia um novo tempo ou uma contribuição inestimável de desenvolvimento, o qual chegou em Gurjão, a partir de um sistema complexo de captação, mas também de distribuição de água nas casas. A fotografia número 6 oportuniza a visualização deste projeto, em nível completo, logra demonstrar os aspectos técnicos e financeiros de uma obra que definitivamente mudaria

⁸⁴ Panfleto do Governo do Estado da Paraíba e da Secretaria dos Transportes e Obras em parceria com a CAGEPA (1978).

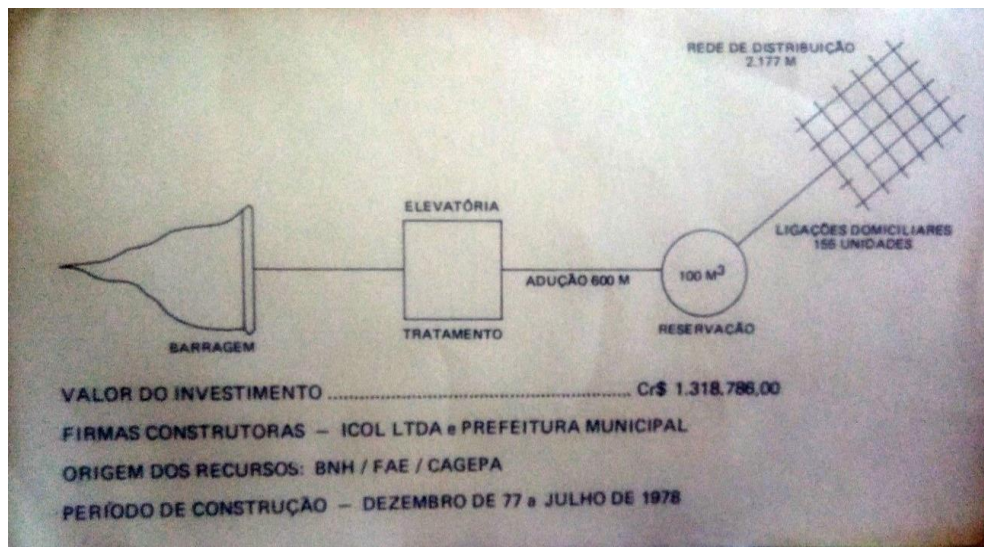
⁸⁵ Panfleto do Governo do Estado da Paraíba e da Secretaria dos Transportes e Obras em parceria com a CAGEPA (1978).

⁸⁶ (BRUNI, 1993, p. 56).

⁸⁷ (CABRAL FILHO, 2007, pg. 57).

a vida da população nos mais diferentes aspectos. Ela aciona a complexidade do projeto, concretizando o sonho da água que jorraria nas torneiras, posto que “o domínio da água acompanharia uma mudança de atitude”, visto que “a água intervinha em primeiro lugar na formação das cidades e na construção dos seus espaços”⁸⁸.

IMAGEM 6: Sistema de abastecimento de água em Gurjão



Fonte: (Panfleto do Governo do Estado da Paraíba e da Secretaria dos Transportes e Obras em parceria com a CAGEPA, 1978)

A figura acima apresenta o projeto para abastecimento de água em Gurjão. No projeto, é possível ver que o sistema contava com uma estação elevatória, caixa de água e ligações domiciliares, as quais compunham a rede de distribuição que contemplava 155 unidades habitacionais, tendo um investimento de 1.318.786,00 Cr\$. A construção foi executada em parceria pela ICOL LTDA⁸⁹ e a Prefeitura Municipal de Gurjão, com recursos do BNH⁹⁰, FAE⁹¹ e CAGEPA, no período de dezembro de 1977 a julho de 1978.

O projeto aponta para o caminho da água até as residências, partindo inicialmente do lugar denominado como barragem, como visível na imagem, que consistia no reservatório que comportaria a água para a sua distribuição, mas também era o açude construído na gestão de José Américo de Almeida em 1951, primeira grande obra hídrica municipal e também a que possibilitou que um elemento de conforto, como a água na torneira, pudesse adentrar nas residências de Gurjão.

⁸⁸ (ROCHE, 2000, p. 186-187).

⁸⁹ ICOL- Indústria de Construções.

⁹⁰ BNH- Banco Nacional de Habitação extinto em 1986, sendo incorporado a Caixa Econômica Federal.

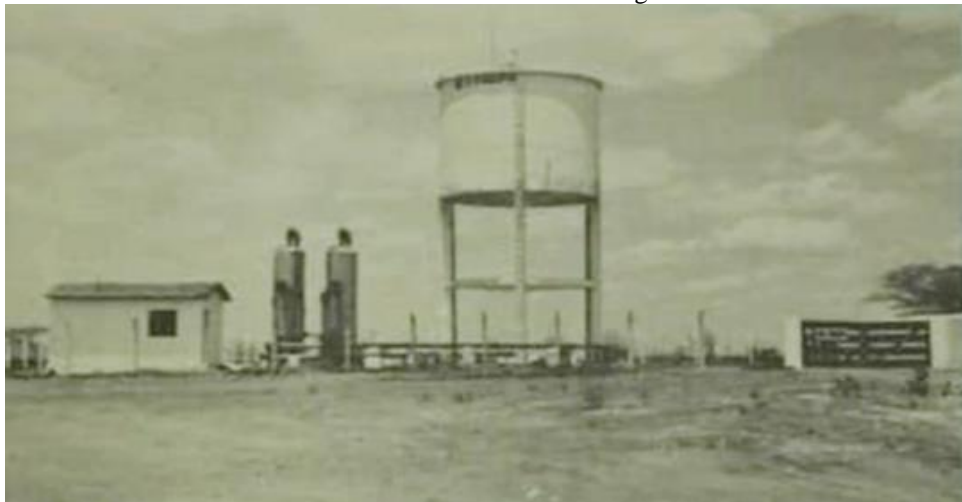
⁹¹ FAE- Fundo Estadual de Água e Esgoto.

Mas essa chegada nas residências não aconteceu de forma direta, o que fica perceptível pela imagem, pois após a saída da água do açude, era encaminhada para a estação elevatória, onde ocorria uma série de processos químicos para a limpeza da água. Era, portanto, necessário proporcionar a maior qualidade possível ao líquido precioso que ali era tratado, o qual seguia seu caminho para a caixa elevatória, que acumulava a água e, então, fazia a distribuição pelas tubulações da cidade até as ligações domiciliares, que se dividiam em redes de distribuição, de acordo com os bairros citadinos.

Tratava-se de uma obra que permitiu uma modificação significativa na vida da população, haja vista que “o acesso direto à água era uma maneira de mostrar a produção social de um bem por meio dos usos e conflitos, necessidades e consumo”⁹². Com relação à população de Gurjão, para além de necessidades e consumos diferenciados, também as sociabilidades foram modificadas, pois “nesses diferentes acessos à água estão demonstrados tanto maneiras de viver quanto tipos de sociabilidade”⁹³. Embora não tenha chegado para todos ao mesmo tempo e da mesma forma, modificou a vida, dando a comodidade de se ter água a jorrar de uma torneira. Naquele momento, foi uma conquista fantástica e muito aguardada.

Contudo, o sistema de abastecimento de água, para as residências, cumpria várias etapas como citado anteriormente e a água percorria um percurso longo até a torneira. Dessa maneira, a imagem a seguir retrata uma das etapas da construção desse sistema complexo e que proporcionou conforto.

IMAGEM 7: Reservatório de água.



Fonte: (Panfleto do Governo do Estado da Paraíba e da Secretaria dos Transportes e Obras em parceria com a CAGEPA, 1978)

⁹² (ROCHE, 2000, p. 196).

⁹³ Idem, p. 201.

A imagem 7 apresenta o estágio final da construção de uma parte específica do projeto, visível na fotografia anteriormente analisada. Percebe-se que é um clique da terceira fase da obra, ou seja, a parte do reservatório de água, apresentando a caixa elevatória com capacidade para 10.000 litros de água potável e límpida, provinda da estação de tratamento. Este era o último ponto antes da água seguir para as residências, assim como a reserva para que o bombeamento ocorresse sem problemas e não faltasse água nas habitações imediatamente, caso ocorresse algum problema nas bombas que captavam o líquido do açude ou na estação de tratamento. Portanto, conforme a fotografia representa, existia a segurança de uma reserva, a caixa de água totalmente visível, com proximidade das duas bombas que captavam a água provinda da estação de tratamento e também eram responsáveis pela distribuição a partir das redes de distribuição por bairros até as casas e torneiras.

O ambiente da edificação exibe aspectos rurais, por encontrar-se entre a zona urbana citadina e o açude. Pelo ângulo exposto, percebe-se uma intencionalidade propagandística, com o objetivo de mostrar a conclusão de uma das etapas mais importantes do abastecimento. Dessa forma, o panfleto reiterava a realização da obra e, mesmo sem apresentar funcionários ou qualquer sinal de utilização, buscava comprovar o enunciado e sua conclusão. Assim, outros sinais de modernidade correlacionados às tramas políticas instauravam-se. A partir disso, a água finalmente pôde chegar nas residências, provavelmente não em todas, mas nas casas daquelas pessoas que puderam pagar a benesse e o luxo de ter água em sua torneira. Isso aconteceu para um número relativamente pequeno de casas, em um primeiro momento, ao se levar em consideração que foram feitas 156 ligações em 1977 e no ano de 1970, já haviam 879 pessoas vivendo na zona urbana⁹⁴.

Dessa forma, é provável que existia um número significativo de pessoas que estava à margem da construção que proporcionou conforto a uma parte dos habitantes da cidade, que se encontrava com 16 anos de Emancipação política e diversos processos modernizantes que perpassavam o cotidiano da população, modificando as sensibilidades. Naquele contexto, as relações tecidas no aguardo para “encher os baldes”, ocorridas na praça, foram substituídas por outras, já que em algumas residências era possível ter água nas torneiras tratada e limpa. Mas isso para uma parte das pessoas, já que outras precisavam seguir os “velhos hábitos”. Dessa maneira, as formas de “apropriação”⁹⁵ da realidade construída modificavam-se, a forma de

⁹⁴ Revista Avante: realidade dos municípios do nordeste. Edição 1972. Ano 8. N° 8. P. 94.

⁹⁵ Conceito aqui remetido ao de “apropriações” de Chartier (1988), como uma prática de produção de sentidos, utilizada para analisar as conquistas materiais, possibilitadas pelo processo de modernidade, as quais modificaram ou não a vida ou melhor as relações de “sociabilidades” na cidade, perpassando as atividades cotidianas.

percepção e de sentir tinha um “cheiro de limpeza” inerente à água e às “táticas”⁹⁶ que ela suscitaria em seus usuários, os quais representavam os mais abastados.

Portanto, a cidade, apesar de tudo, via as lideranças políticas e também os de boa situação econômica experimentarem a novidade confortavelmente em sua residência. Porém, havia também resvalos dela em outras populações, como as lavadeiras, que tiveram seus ofícios relegados aos “domicílios, passando a ser realizada PRIORITARIAMENTE, embora não exclusivamente, no domicílio dos patrões, onde as lavadeiras passaram a trabalhar como mensalistas e, principalmente, diaristas”⁹⁷. Logo, foi preciso “ensiná-las a fazer novos gestos, a adquirir novos hábitos, fechar e abrir”⁹⁸, neste caso, as torneiras. Assim, foram percorridos os tantos percalços desde a construção do açude de Gurjão no governo de José Américo de Almeida em 1951, até o momento de desfrutar do equipamento de modernidade, o abastecimento de água que prometia água límpida e vida nova, já que “impurezas fazem parte do passado”, assim como o tempo na fila de espera por água, para alguns.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar a “modernidade”, não se pode esquecer de tudo o que ela envolve, seja no âmbito do sensível ou prático, ou seja, das modificações por ela suscitadas tanto materiais como sensíveis, as quais impactam a vida das pessoas em diferentes níveis, como também o aspecto do lugar. Dessa forma, ao se contemplar os processos que transformam a urbe, originam-se questionamentos em diversos âmbitos da história acerca dos percalços que levaram a cidade a transformar-se no que ela é atualmente. Tarefas tão “banais”, realizadas no cotidiano, como ligar uma luz a partir de um interruptor, um dia foram inexistentes, sendo que no momento de seu aparecimento, constituíram-se enquanto novidades que tocavam o sentimento das pessoas, modificando suas relações de sociabilidade e de existência urbana.

As cidades, principalmente na Paraíba, ganharam conformação urbana no século XX, com a modificação de vida que era majoritariamente rural. Surgiram as populações citadinas, as quais acompanharam as transformações em outros locais e aguardaram ansiosas a “sua vez”. A construção de escolas, praças, a chegada da energia elétrica, da televisão, entre outros equipamentos modernos que permitiram a identificação de lugar sintonizado, moderno e próspero, proporcionaram conforto e uma “nova história”.

⁹⁶ As “táticas” nesse sentido, estão ligadas as práticas dos usuários ou o consumo deles da cidade, ou melhor da água, pensadas por Certeau (1998), para visualizar como dela se utilizaram os sujeitos históricos que habitaram a cidade em tempos anteriores.

⁹⁷ (MATOS, 2002, p. 149).

⁹⁸ (ROCHE, 2000, p.183).

Dessa forma, a cidade de Gurjão não poderia “ficar de fora” dos processos de urbanização, até mesmo porque a elite que lá residia não deixaria isso ocorrer, visto que havia a necessidade de sintonizar com os outros municípios maiores, os quais já vinham experimentando a modernidade na utilização dos equipamentos ao seu dispor. Assim, a partir dos anos de 1960, iniciaram-se transformações realizadas por conta da Emancipação Política, que proporcionou um bom número de construções, combinadas com as já existentes, dentre as quais destaca-se como tema central deste texto, o açude construído em 1951.

Este tema proporcionou uma “viagem” por três décadas de modificações até a efetivação da tão sonhada “água na torneira”. Dessa forma, perpassou-se pela construção da lavanderia, pelo abastecimento por carro-pipa e chegou-se à conclusão do projeto de saneamento básico. Essas etapas foram realizadas e vivenciadas por muitos moradores, alguns até que faleceram sem ver realizado o sonho de ter água nas suas casas. Portanto, diante do percurso apresentado, foi possível perceber a água enquanto recurso essencial para o ser humano, a qual perpassava a rua e a residência, proporcionando relações de sociabilidade, modificações de percepções e até conflitos, os quais eram gerados por diferentes causas.

Por fim, a água foi vista e pensada em um formato racional de encanações e tubulações que chegaram às residências e proporcionaram conforto. Dessa forma, buscou-se apresentar o percurso histórico de um elemento essencial que serviu para atender às necessidades da urbe, que crescia e tentava aproximar-se da modernidade, esquecendo o “antes” e focando no que acontecia naquele momento. Os acontecimentos aqui abordados modificaram definitivamente a visão e a percepção dos habitantes em relação à água, mas também produziram novas práticas higiênicas inerentes ao novo cotidiano. Pois, “o processo de modernização, ao mesmo tempo que nos explora e nos atormenta, nos impele a apreender a enfrentar o mundo que a modernização constrói e a lutar por torná-lo o nosso mundo”⁹⁹.

FONTES DE PESQUISA

Diário de Raulino Maracajá. 1959-1961, 100 fls.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1960, p.372-373).

Livro de Atas da Câmara Municipal de Gurjão-PB (1976-1984). 100 fls.

Panfleto político ao povo de Gurjão de 23 de setembro de 1958.

Panfleto do Governo do Estado da Paraíba e da Secretaria dos Transportes e Obras em parceria com a CAGEPA (1978).

Revista Avante: realidade dos municípios do nordeste. Edição 1972. Ano 8. N° 8.

⁹⁹ (BERMAN, 2007, pg. 410)

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Gervásio Batista. “**Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas**”. In: AGRA DO Ó, A. et al (Orgs.). *A Paraíba no império e na república: estudos de história social e cultural*. -2 ed. João Pessoa: Ideia, 2005. P. 79-132.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**; tradução de Luis Tupy Caldas de Moura. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- BARBOSA, Agnaldo Souza. A proposta de um estatuo para a História local e Regional. Algumas Reflexões. In: **História e perspectiva**, Uberlândia, janeiro/dez, 1999.
- BARBOSA, Jivago Correia. **Obras, assistencialismo e a imprensa no Governo José Américo**. In: *Política e Assistencialismo na Paraíba: O Governo José Américo de Almeida (1951-1956)*. Dissertação de Mestrado em História. João Pessoa: UFPB, 2012. 317 fls.
- BARROS, José D’Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2007.
- _____. **O lugar da História Local**. In: *A expansão da História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. P. 165-187.
- BERMANN, Marshal. **Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar**: a aventura da modernidade 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BRUNI, José Carlos. A água e a vida. **Tempo social**, v. 5, n. 1-2, p. 53-65, 1993.
- CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens**: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950). Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPB em 2007.
- _____. **A cidade revelada**: Campina Grande em imagens e história. Campina Grande, UFCG, 2009.
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. Tradução por Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. 2 ed. Portugal: Difel, 1988.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- _____. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CITTADINO, Monique. **Poder local, memória e cultura política**: possibilidades de análise a partir da figura do governador João Agripino (Paraíba – 1965-1971). João Pessoa. Saeculum/UFPB, v. 16, 2007, p. 47-57.

CONSTANTINO, Núncio Santoro. O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local. São Leopoldo, **Revista Unisinos** nº 10, 2004.

CORBIN, Alain. **Do Limousin às culturas sensíveis**. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. Para uma História Cultural. São Paulo. Ed: Estampa, 1998, p. 107.

GOMES, Ângela de Castro. **História, historiografia e cultura política no Brasil**: algumas reflexões. In: SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). Culturas políticas. Ensaio de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

GINZBURG, Carlo, 1939. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história / Carlo Ginzburg; tradução: Federico Carotti. _ São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. In: **Revista Tempo**, V. 20, p. 1–20, 2014.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura**: história, cidade e trabalho. São Paulo: Edusc, 2002.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Entre Britos e Gaudêncios**: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960). 2012. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. In: Revista Brasileira de História, v.27, número 53, jan-jun 2007^a, P. 11-23.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, C. & VAINFAS, R. **Domínios da História**: ensaios de metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

RÉMOND, René. Do político. In: _____. (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 441-454.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo, séc. XVII-XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.